



INTERPELAÇÃO ESCRITA

Com o desenvolvimento socioeconómico e crescimento populacional, aumenta o consumo de água e, conseqüentemente, o volume de águas residuais a tratar. Assim, agrava-se a poluição nas zonas marginais da Península de Macau, especialmente nas zonas com maior densidade populacional e concentração de estabelecimentos comerciais e industriais. Segundo a imprensa, de entre os cinco pontos negros de poluição da água, quatro estão localizados na Península de Macau¹. A poluição da costa marítima afecta a qualidade de vida dos residentes e condiciona o desenvolvimento saudável do ecossistema.

Esta questão cativa a atenção de todos. O estado a que hoje se chegou deve-se à insuficiência das infra-estruturas, pois a capacidade de tratamento de águas residuais, as respectivas condutas, e os padrões técnicos utilizados não acompanharam o desenvolvimento socioeconómico, daí o agravar da situação. Por exemplo, do “cheiro insuportável”, nalguns casos sazonal noutros constante, junto à zona ribeirinha da Areia Preta e Baía Norte do Fai Chi Kei. Em 2014, o Governo afirma, no Relatório sobre a Situação Ambiental de Macau, que a presença de elementos não metálicos ultrapassava os

¹ Jornal “exmoo news”



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

padrões nos postos de monitorização da Taipa, Porto Exterior, Pac-Ón, Areia Preta, Porto Interior e Praia Grande, e que a poluição era mais grave no Porto Interior. Para além dos postos de monitorização dos Aterros Sanitários, Cheoc Van, Hac-Sá e aeroporto, nos restantes postos registou-se uma subida dos valores de eutrofização, comparativamente a 2013. Depreende-se, assim, que as águas costeiras estão a ser poluídas por elementos não metálicos².

Com efeito, é difícil, mas importante, o controlo da poluição das águas em termos de prevenção e protecção ambiental urbana. A poluição das massas de água deve-se, principalmente, aos efluentes da ETAR, às ligações ilegais e às obras de engenharia realizadas na costa marítima, portanto, são estes vários factores e os atrasos em encontrar uma solução que tornam a situação cada vez mais difícil de recuperar e de controlar.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Segundo o Governo, 40% das autuações por derrame de águas degradadas registaram-se na Zona Norte³. Para pôr termo à situação, a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental incumbiu uma instituição de estudar e propor soluções para controlar e combater a poluição marítima na Areia Preta, e o respectivo relatório será apresentado ainda este ano⁴. Por isso, gostaria de saber o seguinte:

² "Relatório sobre a Situação Ambiental de Macau", III-Fontes hídricas, Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental.

³ Resposta à interpeação escrita distribuída por Despacho n.º 207/V/2016.

⁴ "Macau Daily News", de 6 de Maio de 2016.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Qual é o ponto de situação desses estudos; como é que vai ser combatido o derrame de águas degradadas na Zona Norte; e como vão ser reforçadas as inspecções e monitorizações? E que medidas serão lançadas para combater a poluição na zona norte e resolver o problema do mau cheiro?

2. Na Lei n.º 2/91/M (Lei de Bases do Ambiente) estão definidos o enquadramento geral e os princípios fundamentais a que deve obedecer a política de ambiente e os seus objectivos, bem como as bases gerais para a regulamentação, através de diplomas complementares, do ruído ambiental, poluição marítima e combustíveis utilizados por veículos automóveis. Mas como a lei já está em vigor há mais de 20 anos, não se adapta às grandes transformações geradas pelo desenvolvimento socioeconómico e decorrentes do crescimento demográfico. Por isso, gostaria de saber o seguinte: O Governo pensa rever e avaliar o actual regime jurídico sobre a massa de água e a poluição marítima? E vai controlar, através de lei, a poluição das águas e recuperar o ambiente costeiro?
3. No Planeamento de Protecção Ambiental (2010-2020), propõe-se, no que respeita à qualidade da água, “reforçar a protecção das águas costeiras” e “optimizar gradualmente a rede de monitorização das águas”, bem como melhorar e elevar, através de uma série de planos de acção a curto, médio e longo prazos, a qualidade das águas, e ainda proceder a estudos sistemáticos e integrais para melhor se



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

aferir da qualidade das águas costeiras e suas variações⁵. Por isso, gostaria de saber o seguinte: atendendo à qualidade das águas das diversas zonas, nomeadamente Canal dos Patos, Baía Norte de Fai Chi Kei, Areia Preta, Porto Interior e Praia de Hac-Sá, à formação orgânica e às variações das águas degradadas, às fontes poluidoras e às condições ambientais, o Governo deve definir uma solução sistemática de longa eficácia. Vai fazê-lo? Vai fixar os padrões técnicos para controlo da qualidade das águas? E vai reforçar os empreendimentos de recuperação ecológica, de forma a garantir a eficácia duradoura das respectivas medidas?

17 de Junho de 2016.

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Ho Ion Sang

⁵ “Planeamento da protecção ambiental de Macau (2010-2020)”, página electrónica da Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental.